



1 ATA DA REUNIÃO Nº 017 (no 03/2013) DO  
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO –  
3 ESTADO DO PARANÁ – CAU/PR, REALIZADA EM 25  
4 MARÇO DE 2013, NA SALA DE EVENTOS DO HARBOR  
5 HOTEL BATEL, EM CURITIBA-PR.  
6

7 Aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e treze, às nove horas, na Sala de  
8 Eventos do Harbor Hotel Batel, localizado na Av. Do Batel, 1162, Bairro Batel, nesta cidade de  
9 Curitiba-PR, realizou-se a Sessão Ordinária no 017 (03/2013), do Plenário do CAU/PR, presidida  
10 pelo Arquiteto e Urbanista Jeferson Dantas Navolar – Presidente do Conselho,  
11 tendo como Secretária eu, Gláucia Sales Jacob, secretária geral do Conselho. A Sessão contou  
12 com a participação dos seguintes Conselheiros Titulares, Arquitetos (as) e Urbanistas  
13 **ALEXANDER FABRI HULSMEYER, ANDRÉ LUIZ SELL, BRUNO SOARES MARTINS, CARLOS**  
14 **HARDT, DALTON VIDOTTI, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO,**  
15 **MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, ORLANDO BUSARELLO, E RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA.**

16 Participaram da presente Sessão, no exercício da efetividade, os Conselheiros Suplentes,  
17 Arquitetos e Urbanistas **LEANDRO TEIXEIRA COSTA** e **JUCENEI GUSSO MONTEIRO** .....  
18 Ficaram justificadas, de acordo com o parágrafo único do artigo 25 do Regimento Interno do  
19 CAU/PR, a ausência dos Conselheiros Titulares Arquiteto e Urbanista **CLAUDIO FORTE**  
20 **MAIOLINO, ELI LOYOLA BORGES FILHO, LUIZ BECHER** e **MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI**....  
21 Presentes também, nesta Sessão os Assistentes contratados, a saber: o Jornalista Antonio  
22 Carlos Domingues da Silva (Assessor de Comunicação); a Advogada e Arquiteta e Urbanista  
23 Cláudia Cristina Taborda Dudeque (Assessora Jurídica), Hélio Botto de Barros (Assessor de  
24 Planejamento), Cissa Cristina Weber (secretaria junior) e eu, Gláucia Sales Jacob, (Secretaria  
25 Geral).....

26 **I-QUÓRUM** – Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o  
27 Regimento Interno do CAU/PR, art. 62, o Sr. Presidente declarou aberta a  
28 presente Sessão, com os itens a seguir:.....

29 **II- HINO NACIONAL** – Colocada em discussão e posterior votação, ficou definido que este  
30 plenário manterá a execução do Hino Nacional Brasileiro nas aberturas de suas sessões,  
31 apesar da não obrigatoriedade .....

32 **III-REUNIÃO DAS COMISSÕES:** As comissões se reuniram das nove às doze horas, com pausa  
33 de quinze minutos para coffe-break.....

34 **IV ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES** – Colocadas em discussão e posterior votação, foram  
35 aprovadas as Atas correspondentes às Sessões Ordinárias nº 15 (01/2013) de 28/01/2013 e 16  
36 (02/2013) de 25/02/2013 com abstenção dos conselheiros Alexander Fabri Hulsmeyer,  
37 Manoel de Oliveira Filho e Carlos Domingos Nigro, por estarem ausentes nas reuniões que  
38 deram origem às mesmas.....

39 **IV PAUTA:** Apresentada e colocada em votação foi aprovada por unanimidade a Pauta desta  
40 Reunião Ordinária nº 017, terceira de 2013 do CAU-PR, com extra-pauta.....

41 **V.ORDEM DO DIA:**.....

42 **1 . Apresentação das correspondências:**.....

43 **1.1. Correspondências recebidas:** apresentada a lista de correspondências recebidas,  
44 sendo 04 (quatro) oriundas do CAU/BR e 06 (seis) de diversos remetentes .....

45 **1.2. Correspondências expedidas:** apresentadas as listas de correspondências expedidas,  
46 sendo que dessas, 03(três) foram destinadas ao CAU/BR e 204 (duzentas e quatro) a diversos



47 destinatários.....

48 **2. Relato Reunião Presidentes**.....

49 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que a última reunião do FORUM de  
50 Presidentes teve como pauta principal o Fundo de Apoio aos CAUs deficitários, sendo que a  
51 princípio quatro estados se colocaram com um incômodo, e depois formalmente, com  
52 pareceres jurídicos contrários à contribuição dos Estados ao Fundo de Apoio aos CAUs  
53 mínimos. A posição da comissão de finanças do CAU/BR, veio no sentido oposto, colocando a  
54 obrigatoriedade compulsória para que os Estados contribuam em 2013 com 3,91% dos seus  
55 orçamentos estimados. Na sua opinião, de todos os atos administrativos e financeiros do  
56 CAU/BR esse é o primeiro que propõe uma intervenção sob a liberdade administrativa e  
57 financeira dos CAU/UFs. Este Conselho questiona a legalidade do fato e tem procurado a  
58 harmonização da interpretação da lei. Há uma interferência direta sobre a isenção e a  
59 liberdade administrativo-financeira que os CAU/UFs têm previstas em lei, então o  
60 questionamento é uma obrigação deste Conselho Regional. Houve outras ações da Comissão  
61 de Finanças do CAU/BR que a seu ver beiraram à ilegalidade, porém não interferiram na  
62 autonomia administrativa dos CAU/UFs e por isso não foram questionadas como, por  
63 exemplo, a cobrança da primeira carteira profissional. A lei 12.378-2010 prevê que o CAU  
64 deve fornecer a primeira carteira profissional e, no entanto, o CAU/BR está cobrando o valor  
65 de quarenta reais pela primeira carteira dos que não se cadastraram no prazo estipulado. O  
66 CAU/RJ está fazendo esse questionamento, tendo entendido que há uma ilegalidade, mesmo  
67 sendo um ato do CAU/BR, e está orientando publicamente os colegas a pagar a taxa de  
68 quarenta reais e encaminhar o comprovante de pagamento ao CAU/RJ, garantindo  
69 restituição aos arquitetos, informação disponível no sítio [WWW.caurj.org.br](http://WWW.caurj.org.br). Com relação ao  
70 Fundo de Apoio, cada Estado deverá tomar sua decisão independente, Minas Gerais  
71 contratou uma assessoria jurídica externa, para dizer sobre a legalidade ou não dessa ação, a  
72 qual concluiu que não há sustentação legal para Minas Gerais contribuir com esse Fundo. A  
73 presidência do CAU/MG, sem consultar a sua plenária, considerando o avançado das  
74 negociações, deliberou por contribuir em 2013, em função que as decisões tinham sido  
75 definidas anteriormente ao parecer. O CAU/RJ optou por contribuir, sob a alegação que as  
76 negociações também estavam bastante adiantadas e não queria prejudicar os Estados  
77 menores. O CAU/RS fez uma consulta formal sobre a legalidade do ato ao judiciário, através  
78 de uma Ação Declaratória, que ainda está em andamento e aguarda a decisão judicial. O  
79 CAU/PR tem tentado, de todas as maneiras, a harmonização dos pareceres. Há um parecer  
80 da nossa assessoria jurídica, o parecer de Minas Gerais, o parecer do Rio e o parecer do  
81 CAU/BR, mas não há um entendimento comum, não há uma harmonização. Foi expedido,  
82 por autorização da plenária na última reunião, um ofício dizendo que o CAU/PR se propõe a  
83 contribuir compulsoriamente, mesmo que amanhã o CAU/BR tenha que devolver o dinheiro,  
84 até que se tenha harmonização, porém o CAU nacional não aceitou essa solução, exigindo  
85 adesão total. Colocou ainda, que esse item entrou na pauta da última reunião plenária do  
86 CAU/BR, da qual participou, na parte da manhã, juntamente com o assessor parlamentar  
87 João Carlos Diório. O presidente ouviu alguns dos conselheiros federais presentes que se  
88 manifestaram a favor de que o CAU/BR deve ser o espaço essencialmente de diálogo tendo  
89 proposto a retirada do item (Fundo de Apoio) de pauta, porém a mesa do CAU/BR não  
90 aceitou e na votação conseguiu manter a pauta, por apenas um voto a mais. Depois disso a  
91 mesa do CAU/BR solicitou autorização para "intervenção administrativa no Estado do Paraná  
92 e no Rio Grande do Sul", tendo sido derrotada, conseguindo apenas 9 dos 26 votos



93 possíveis. Ou seja, ali também não há uma unanimidade em relação à interpretação da lei e a  
94 plenária do CAU/BR solicitou que se continue o debate sobre o mérito da matéria. Definiu-se,  
95 então, que o CAU/BR deverá solicitar a adesão do CAU/PR judicialmente. Em seguida pediu  
96 autorização da plenária para que o CAU/PR possa contratar uma assessoria externa, que  
97 emita um parecer mais denso sobre a interpretação da lei. Salientou que a assessoria jurídica  
98 do Conselho tem capacidade de fazer isso mas, a seu ver, eticamente não é o caso do jurídico  
99 do CAU/PR fazer um contraponto oficial ao CAU/BR. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular  
100 ALEXANDER FABRI HULSMAYER colocou que em conversa informal com o conselheiro Federal  
101 Laércio Leonardo de Araújo, este afirmou que o custo dessa problemática é que o Paraná  
102 estaria se isolando politicamente dos demais Estados e perguntou qual é o preço exato disso,  
103 esclarecendo que se o custo-benefício vale, é a favor de ter uma decisão própria, mas quer  
104 saber se o desgaste realmente chega ao ponto do CAU/PR estar isolado em relação aos  
105 demais CAU/UFs. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR respondeu que a mesa da  
106 plenária do CAU/BR ganhou por um voto a manutenção do item de pauta e, em seguida, foi  
107 derrotada por 18 votos a 9 no pedido de aprovação de intervenção, e aprovou a discussão do  
108 mérito. E questionou: que isolamento é esse onde se tem a esmagadora maioria dos  
109 conselheiros federais na plenária votando pelo debate do mérito, pela análise jurídica da  
110 situação, e não pela intervenção. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT pontuou que há  
111 necessidade de bastante cuidado na interpretação dessa situação. Não há uma discussão se  
112 os CAUs deficitários devem ser auxiliados, a discussão que se tem é de onde virá esse  
113 subsídio. Por outro lado, quando temos uma discussão em plenária sobre intervenção,  
114 mesmo que a plenária tenha entendido que o motivo para isso não seja suficientemente  
115 grande, aqueles que votaram a favor da intervenção podem achar que haja razão para tanto.  
116 Isso é um ato extremo e só se justifica com grande argumento jurídico. Sob o ponto de vista  
117 político, propôs prudência no sentido de evitar que o CAU/PR seja mau visto e seja induzida  
118 uma intervenção. Sugeriu que seja avaliado se não seria o caso de continuar discutindo o  
119 mérito, mas efetivamente fazer a contribuição. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND  
120 SUPLICY NETO colocou que a contratação de escritório jurídico, um parceiro distanciado do  
121 que compõe a assessoria do CAU/BR, pode proporcionar a ponderação correta, a  
122 neutralidade das ações. Em sua opinião, quem está trazendo esse tema para o trato político é  
123 a outra parte. E, mais uma vez, recordou a gênese dessa história: participou por quatro anos  
124 seguidos do Colégio Brasileiro de Arquitetos – CBA - composto pelas cinco entidades de  
125 representação nacional de arquitetos, quais sejam ASBEA, ABEA, FNA, IAB e ABAP e, nessa  
126 discussão, uma das questões que dava respaldo de contrário do sistema CONFEA/CREA era  
127 justamente a insustentabilidade dos conselhos. Então, partindo de um pressuposto que seria  
128 15% da contribuição dos CAU/UFs ao CAU Nacional, baseado no histórico do que era o  
129 conselho até então, foi que se definiu que a contribuição seria de 20% - 15% para  
130 manutenção do CAU/BR e 5% para os deficitários. Salientou que o CAU/PR não está se  
131 colocando na posição de não pagar, essa contribuição já está sendo feita na medida em que  
132 20% da arrecadação do CAU/UF é automaticamente depositada ao CAU/BR; O CAU/PR não  
133 se nega a contribuir, mas questiona a legalidade do fato, já que extrapola o valor dos 20%.  
134 Colocou-se favorável à contratação do escritório de assessoria jurídica externo à assessoria  
135 do CAU. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO propôs a contratação de uma  
136 consultoria via OAB, a fim de garantir uma posição independente, neutra. Propôs cautela no  
137 sentido de não contratar uma assessoria jurídica para antever um fato, o escritório  
138 contratado pelo CAU/BR pode dar um parecer contrário ao entendimento do próprio



139 Conselho, e aí não seria necessário o CAU/PR despender recursos para fazer essa defesa.  
140 Sugeriu parceria com a OAB nessa ação. O Conselheiro Titular ORLANDO BUSARELLO  
141 questionou por quê só ao Paraná e ao Rio Grande do Sul é que se propôs a intervenção  
142 administrativa, se inicialmente eram cinco CAU/UFs – Minas Gerais, São Paulo, Rio de  
143 Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná – que se posicionaram contra o acréscimo de 3,9%. O  
144 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que a proposta de intervenção, foi  
145 derrotada na plenária do CAU/BR, que optou pela discussão do mérito. O Conselheiro Titular  
146 ORLANDO BUSARELLO pontuou que os demais já tomaram as atitudes jurídicas que hoje o  
147 senhor presidente está propondo que o Paraná tome. Então há duas experiências já em  
148 processo que poderiam servir de baliza, eventualmente, para as atitudes ou as medidas  
149 jurídicas que o CAU/PR deve tomar. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT sugeriu que teve a  
150 percepção de que está havendo um certo distanciamento entre o CAU/PR e os seus  
151 conselheiros federais em relação a esta questão, o que não é nada salutar e, a seu ver, é  
152 necessário administrar muito bem essa discussão para que o CAU/PR não perca uma  
153 instância de defesa dos interesses regionais no fórum nacional. Pedindo a palavra o  
154 Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO colocou que o distanciamento pode  
155 acontecer e isso não deve ser impeditivo para o questionamento do mérito nesse tema e o  
156 Conselho deve buscar a posição correta a tomar, porém discorda que isso deva ser feito via  
157 OAB para garantir imparcialidade, isso já está previsto em lei, o escritório tem que ser  
158 imparcial e a contratação de um escritório sem intervenção da OAB pode proporcionar  
159 solução mais rapidamente. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO colocou que  
160 não há o que temer, porque a questão não é política, mas legal. A pressão pode ser uma ação  
161 política, porém da parte do CAU/PR a questão é totalmente em relação à legalidade e, se os  
162 vinte e seis CAUs tiveram uma posição contrária a essa, não significa que este Conselho deva  
163 concordar com eles, mas sim ir em busca de uma posição legal, porque o que se percebe é  
164 que há uma ilegalidade. Ademais, dentro dos 3,9% havia e há a autorização de que 10%  
165 desse percentual fique retido ao CAU/BR para atividades administrativas, para questões de  
166 calamidade pública – enchente, desastres naturais – e isso lhe parece que beira a uma coisa  
167 absurda e o CAU/PR deve ir em busca desse esclarecimento. Concordeu com a ponderação  
168 do conselheiro Jucinei, mas não sabe se a OAB tem essa função de atuar com o profissional  
169 que daria o parecer. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que em tese há duas  
170 propostas: a contratação do escritório e a consulta à OAB e, a seu ver, as duas propostas  
171 podem ser conciliadas. Propôs fazer os dois encaminhamentos: ver se há disposição para a  
172 OAB dar assessoria ao CAU/PR e, se houver, firma-se o convênio; se não, contrata-se um  
173 escritório. Colocada em votação a plenária aprovou a matéria.....

### 174 **3. Relato Auditoria**.....

175 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR relatou que de 20 a 22 de março foi realizada uma  
176 auditoria externa no CAU/PR, a qual foi contratada pelo CAU/BR. Colocou que no fórum de  
177 presidentes, há quase que uma unanimidade que o sentido dessa auditoria foi menos de  
178 fiscalização e de punição e mais de orientação e padronização; isso foi percebido também  
179 pela posição dos quatro auditores que aqui estiveram. Ainda não há o relatório por escrito,  
180 que será encaminhado posteriormente aos conselheiros, mas todos os questionamentos  
181 feitos pelos auditores foram respondidos. Houve solicitação de duas alterações no plano de  
182 contas, em face de divergência de interpretação pelo contador (que acabou dando razão aos  
183 auditores) de modo que o plano de contas está sendo atualizado em dois itens. Pode  
184 perceber que o convívio foi no sentido de harmonização, e não de punição e fiscalização.



185 Comprometeu-se em encaminhar o relatório aos conselheiros assim que o tenha em mãos.--  
186 **4. Distribuição processos CREA-PR para relatoria.**-----  
187 Pela Assessora Jurídica CLAUDIA CRISTINA TABORDA DUDEQUE foi informado que não há  
188 processos a serem distribuídos para relatoria nesta oportunidade.-----  
189 **5- Relato das Comissões** -----  
190 **5.1– Relato Comissão de Ética.**-----  
191 Com a palavra, o Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO relatou que participou do  
192 seminário da CED/BR em Belém, nos dias 21 e 22 deste mês corrente, onde estavam  
193 presentes representantes de 22 estados da União, cuja pauta foi a discussão da minuta do  
194 Código de Ética e contribuições. A CED/PR encaminhou aos conselheiros uma solicitação de  
195 contribuições, mas a comissão acabou encaminhando um modelo com base em Gestão.  
196 Esclareceu que participou de duas outras ações que tratavam do tema de Desempenho e  
197 Gestão, cujos relatos já foram encaminhados aos conselheiros, e essa foi a contribuição que  
198 levou ao seminário. Um arquiteto, consultado pela CED/SP, também mostrou a mesma  
199 preocupação com essas questões. No seminário ficou esclarecido que o Código de Ética  
200 deverá ser um instrumento, que deverá delinear as ações e embasar as futuras ferramentas,  
201 que são resoluções. O seminário foi bastante positivo, uma vez que possibilitou a percepção  
202 das necessidades específicas de cada estado. Destacou a visão do Código de Ética como  
203 instrumento criado para que se faça arquitetura dentro da Lei, dentro das normas e imune às  
204 forças econômicas. Então o código quer se colocar como uma ferramenta de suporte, para  
205 que o profissional se sinta mais protegido. Fazendo uma analogia ao mundo corporativo o  
206 código de ética deve ser encarado como a missão e a visão do arquiteto, e assim como as  
207 empresas debatem a missão e a visão cotidianamente com os seus colaboradores, a CED/BR,  
208 como superintendente das comissões estaduais, deve continuar com essa promoção  
209 educativa que corre como missão e como visão da arquitetura. Encerrou seu relato dizendo  
210 que em relação à ação da CED/PR neste Conselho, hoje foi iniciada a deliberação em alguns  
211 dos processos éticos (iniciados depois da criação do CAU), com auxílio da assessoria jurídica,  
212 solicitando documentos para instruí-los a fim de dar continuidade ao processo. O Presidente  
213 JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que o jurídico do CAU/PR já está tramitando os  
214 processos novos, esclarecendo que os processos éticos devem ter início na comissão de ética,  
215 então está sendo feita uma triagem nos processos vindos do CREA antes que venham à  
216 comissão e esta aponte o caminho que o jurídico e o administrativo devem tomar. Esses  
217 processos deverão vir sempre com uma pré-análise, mas é necessário que haja uma  
218 deliberação da comissão de ética para tramitá-los. A tentativa doravante será de priorizar os  
219 processos novos, que são do CAU, em detrimento desses tantos oriundos do CREA.-----  
220 **5.2 – Relato Comissão de Finanças.**-----  
221 O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO apresentou na tela o resumo financeiro  
222 referente ao mês de fevereiro (anexo I) e pontuou que como os conselheiros já devem tê-lo  
223 recebido com certa antecedência, acredita que houve tempo de verem que a arrecadação no  
224 mês de fevereiro foi de setecentos e oitenta mil reais, devido ao pagamento de anuidades, e  
225 acredita que até 31 de março, haverá um novo aporte devido ao prazo final para pagamento  
226 dessas anuidades. O saldo deste Conselho hoje é de seis milhões e seiscentos e cinquenta mil  
227 reais. As despesas, que no mês de janeiro, foram de noventa e seis mil reais cresceram para  
228 aproximadamente cento e noventa e nove mil reais em fevereiro, com significância maior  
229 decorrente da folha de pagamento, isso se explica porque a folha de pagamento referente ao  
230 mês de janeiro foi antecipada em dezembro. Agora com a reforma da casa, que será a sede o



231 CAU/PR, haverá no próximo mês um novo empenho devido a essa estruturação. Colocou-se  
232 disponível para sanar quaisquer dúvidas advindas do relatório. Colocado em votação o  
233 resumo financeiro e as despesas mensais referentes ao mês de janeiro foram aprovadas pelo  
234 plenário. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR enfatizou que os arquitetos aderiram ao  
235 Conselho, apesar da fragilidade, apesar do pouco contato direto com eles, o CAU/PR já  
236 ultrapassou a média histórica de registros do CREA do ano de 2010, as últimas estatísticas  
237 recebidas davam conta que havia uma média de seis mil registros/mês oriundos de  
238 arquitetos do Paraná; esse número foi ultrapassado e a perspectiva é de oito mil registros em  
239 2013 e subindo. As anuidades estão sendo pagas, os registros estão sendo feitos em um  
240 número cada vez mais crescente. O Conselheiro Titular RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA  
241 relatou que no mês de fevereiro foram registrados 9802 RRTs, no valor de R\$ 265.100,00 de  
242 RRTs para o CAU/PR. Até a data atual foram registrados 10.760 RRTs, o que dá uma  
243 perspectiva de que até o final do mês, ou seja, em uma semana deverão ser registrados  
244 aproximadamente 12.000 RRTs, dobrando o número historicamente alcançado no CREA. O  
245 Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUP LICY NETO colocou que em relação à questão  
246 financeira este Conselho está bem, administrativamente falando, e está com  
247 sustentabilidade. Mas, por outro lado, se preocupa com o olhar dos arquitetos para o  
248 trabalho desenvolvido. Os conselheiros sabem que a administração tem sido feita com ética e  
249 tudo mais, mas o profissional que está lá fora não sabe. Sugeriu que seja informado ao  
250 público que o CAU/PR está trabalhando em 618 processos; qual a razão da existência do CAU  
251 e sua função e, sobretudo, porquê ainda não foi dado início à fiscalização desejada. Colocou  
252 que a questão financeira é muito fácil de ser contestada, de ser questionada. Assim, é  
253 importante que se informe ao profissional de que o Conselho tem sustentabilidade e que  
254 está se estruturando para dar respaldo ao profissional, através de processo pré-licitatório de  
255 compra de veículos e de montagem de sedes. É importante que, através do sistema de  
256 comunicação, este Conselho preste conta de suas ações. O Conselheiro Suplente CARLOS  
257 DOMINGOS NIGRO perguntou se está sendo feita uma análise de informações, porque o que  
258 diferencia o CAU enquanto conselho, é esse sistema informacional de vanguarda. Por outro  
259 lado, o próprio profissional alimenta o sistema com dados cadastrais, que são dados  
260 congelados, talvez especializados que podem gerar um banco de informação inteligente, mas  
261 acredita que os dados financeiros podem possibilitar leituras interessantes da produção do  
262 *staff*. Então, por exemplo, das unidades, qual é o percentual de pagamento que se refere aos  
263 dados da RRT, que são inclusos, o que se pode tirar de informação disso, de forma  
264 sistemática, a ponto de gerenciar o CAU a partir desse plano de unidade. Já existe essa base  
265 de fundamentos, mas poderia haver uma estratégia inteligente de tirar partido das  
266 informações e atuar publicamente com fiscalização, enfim, com as alternativas nesse sentido.  
267 O Conselheiro Titular ANDRÉ LUIZ SELL concordou com a sugestão do conselheiro João  
268 Suplicy, pontuando que no interior ouve muita cobrança com relação ao Conselho e é  
269 favorável à ideia de manter os profissionais constantemente informados do que está sendo  
270 realizado. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR respondendo à questão do conselheiro  
271 Carlos Domingos Nigro, disse que os dados existem, mas é muito difícil extraí-los, não estão  
272 disponíveis no SICCAU. Essa é uma cobrança que o CAU/PR tem feito, que isso é insumo que  
273 deveria estar disponível, pelo menos para nós. Solicitou ao Assessor de Planejamento que  
274 faça um depoimento rápido de como tem sido isso. Com a palavra o Assessor de  
275 Planejamento HÉLIO BOTTO DE BARROS informou que o orçamento deste Conselho vem de  
276 uma origem do CAU/BR, e aqui se acata os dados que eles fornecem. Em relação às



277 informações que saem do sistema, o CAU/BR disponibiliza filtros de acordo com o que julga  
278 necessário e, mais do que isso, o que julga que é importante que os CAUs/UF saibam. Então  
279 muitos dos filtros que o presidente pede, não tem como tirar, porque não estão  
280 disponibilizados ou são de difícil interpretação. São poucas as informações adicionais que se  
281 consegue enxergar e o processo fica muito lento, mas existem algumas possibilidades, talvez  
282 ao longo do tempo isso seja mais fácil e seja possível melhorar essas ferramentas de busca,  
283 direcionando-as para o que se quer, mas atualmente ainda não há condição de saber. O  
284 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO quis saber, a título de entendimento, se as  
285 solicitações que o CAU/PR faz ao CAU/BR são bem aceitas quando demandadas. O Assessor  
286 de Planejamento HELIO BOTTO DE BARROS respondeu que depende, e esclareceu que são  
287 sempre sugestões feitas à área técnica. Pontuou que o problema é que o SICCAU não  
288 pertence ao CAU, é um sistema de uma empresa terceirizada que foi adquirido pelo CAU/BR  
289 e as alterações nesse sistema dependem de demandas do CAU/BR, que recebe sugestões do  
290 Brasil inteiro, filtra, faz uma lista de prioridades, conforme o que acha que é necessário, e  
291 encaminha para essa empresa. Muitas vezes o que é prioritário para o CAU/PR não é  
292 prioridade para o CAU/BR. Exemplo: RRT extemporâneo, que foi criado pelo CAU/BR por  
293 plenária em 1º de agosto do ano passado e só entrou no sistema nesta semana, ou seja, um  
294 procedimento é criado por resolução de plenária e só é implementado seis meses depois. O  
295 CAU/BR pode até concordar com uma demanda de CAU/UF, mas nem sempre essa demanda  
296 é efetivada em funcionalidades do sistema porque há outras prioridades. O conselheiro  
297 Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO questionou, à luz do que foi dito sobre a contratação de  
298 consultoria jurídica, se não seria o caso de questionar também a legitimidade jurídica desse  
299 controle de informações. Porque o conselho do estado fica refém de uma ordem de cima  
300 para baixo e não consegue gerenciar informações. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
301 respondeu que essas demandas do CAU/PR tem se agrupado às demandas dos outros  
302 CAU/UFs para evitar o distanciamento, o isolamento. A prioridade zero dos CAU/UF,  
303 contrário inclusive à sua posição pessoal, tem sido fiscalização. Então essas orientações e  
304 sugestões de CAU/BR de fiscalização, ocorreram em função dessa priorização, os presidentes  
305 priorizaram fiscalização e o CAU/BR organizou e preparou essa padronização que está  
306 disponível aí para vocês. Colocou que a sua prioridade, assim como a de outros presidentes,  
307 ainda era a gestão. Está longe de se ter uma padronização de gestão como um todo, para  
308 mergulhar em um item de fiscalização específico. A seu ver, é necessário um pouco mais de  
309 gestão compartilhada, organizada, redução de custos, que tamanho tem cada CAU/UF, que  
310 tipo de organização tem, para depois definir a metodologia mais eficiente para a fiscalização,  
311 mas houve essa inversão. A segunda tentativa que têm feito, também via Fórum de  
312 presidentes, é em relação ao SICCAU. Todos os Estados foram solicitados a apresentar  
313 sugestões ao grupo de trabalho do Fórum de presidentes, e esse grupo de trabalho recebeu  
314 essas sugestões do Brasil inteiro, tem dois Estados que estão trabalhando em cima delas,  
315 Goiás e DF, que vão sistematizar demandas e levar o CAU/BR como sugestão para todos os  
316 Estados. Na questão de Gestão, o CAU/PR ficou responsável por fazer a primeira proposta,  
317 isso está sendo elaborado com o apoio de outros CAUs e será apresentado no próximo Fórum  
318 de presidentes, que acontecerá em abril, com esse tema já em pauta. Ou seja, a demanda é  
319 tão grande, tanto do CAU/BR como dos Estados, que prevalece a pauta maior do CAU/BR. Em  
320 seguida informou que o CAU/PR tem uma responsabilidade legal na comissão de finanças de  
321 aprovar o seu comparativo de receitas, o seu plano de contas aqui na plenária para que seja  
322 encaminhado ao CAU/BR e este possa fazer essa aprovação mês a mês em uma contabilidade



323 geral. Com a palavra ao Assessor de Planejamento HELIO BOTTO DE BARROS apresentou  
324 detalhadamente planilhas referentes aos resultados contábeis através de quadro  
325 comparativo de receita (Anexo II), tendo esclarecido que esse é um resumo do que foi  
326 apresentado do plano de ação do ano passado, com as reformulações feitas em agosto de  
327 2012. O plano de ação de 2013 também já sofreu reformulação em março, de acordo com as  
328 orientações da reunião de finanças e da análise do que foi previsto e do que foi executado. O  
329 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que objetivo nesse caso é o atendimento  
330 da lei. O CAU/PR, como outras instituições, tem prazo para fazer seu imposto de renda e  
331 prazo para aprovar suas contas com o CAU/BR, então é importante que a plenária tenha  
332 ciência desses dados e aprove para que o financeiro possa encaminhar para a plenária do  
333 CAU/BR fazer a análise e aprovar. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO  
334 lembrou que esse balanço, com saldo positivo se deveu também à postura que essa plenária  
335 tomou, definindo que os encaminhamentos fossem feitos com cuidado. Relembrou que o  
336 CAU/PR foi o primeiro a ser instalado no país e, mesmo com um quadro de pessoal pequeno,  
337 cumpriu os encaminhamentos necessários nessa primeira instância, e aos poucos vai  
338 ampliando. Havia uma previsão de receita, como demonstrado agora, com o “cinto  
339 apertado”, com o temor de não conseguir dar o passo depois de três meses, ou seja, passou  
340 por momentos críticos, e agora está prestes a ser instalado em uma sede mais efetiva, com  
341 possibilidade futura de compra do imóvel. Cada passo tem sido tomado de uma maneira  
342 bastante rigorosa, com avaliação sensata e racional, o que dá segurança de que os objetivos  
343 podem ser alcançados. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI  
344 HULSMAYER manifestou-se dizendo que quer fazer um adendo a respeito do modelo de  
345 fiscalização que foi enviado. Relatou que um dos itens que lhe chamou atenção foi que o  
346 CAU/PR, hoje, é um dos oito CAU/UFs que ainda não tem um agente de fiscalização efetivo,  
347 isso é o que consta no relatório vindo do CAU/BR. O Paraná está junto com Alagoas, Ceará,  
348 Pará, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Norte e Pernambuco, ou seja, não está com os  
349 grandes, esses já tem pelo menos um e o Rio Grande do Sul tem oito agentes de fiscalização.  
350 Entendeu pela fala do presidente que isso não foi priorizado aqui, e foi justificado por outros  
351 problemas que exigiam prioridade. Questionou, diante desse quadro positivo e superavitário,  
352 qual é a expectativa, em termos de prazo, do CAU/PR ocupar essa lacuna, inclusive para uma  
353 regularização junto ao CAU/BR, para que determinados procedimentos, que já estão sendo  
354 encaminhados, possam ser realizados no Paraná também. A seu ver isso está vinculado à  
355 questão de gestão como prioridade e também à questão dos recursos, porque já foi  
356 aprovado em plenária que seriam, a princípio, cinco fiscais e etc. Perguntou como isso pode  
357 ser fechado em termos de balanço e de prioridade de gestão, e como entra aí o papel dos  
358 agentes de fiscalização. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou, primeiramente,  
359 sobre o material que foi apresentado: ele trás uma leitura sobre o modus operandi de  
360 fiscalização que é absolutamente inviável e pode-se perceber o modelo CREA de “correr atrás  
361 do tapume” (sic). O CAU/PR já fiscalizou muito mais do que todos os outros CAU/UFs no  
362 sentido da institucionalização do CAU. Os órgãos públicos todos, que têm referência à  
363 produção, à compra, ao consumo da arquitetura receberam protocolo em nível de  
364 presidência sobre a institucionalização do arquiteto e da lei. Citou como exemplo, a  
365 dificuldade inicial de alguns cartórios em receber RRT. Em vez de ir ao cartório e debater com  
366 o escrivão, a presidência foi ao Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado,  
367 com um requerimento sobre as atribuições dos arquitetos e quarenta e oito horas depois,  
368 todos os cartórios do Paraná receberam um “CUMPRA-SE”. Isso é fiscalização e é nesse





369 sentido que este Conselho está agindo. Agora, há a responsabilidade também de chegar mais  
370 perto do tapume, infelizmente isso terá que ser feito. Esse plenário autorizou e já estão  
371 alugadas três sedes, com aluguel em andamento também em Pato Branco. A expectativa é  
372 que, ainda nesse primeiro semestre, seja efetivada a contratação desses agentes, um para  
373 Curitiba e um para cada escritório regional, para que agora, a partir desses documentos  
374 aprovados em nível nacional (ainda falta o código de ética), seja possível ao agente de  
375 fiscalização ir à rua documentado, sobre aspecto tanto nacional como estadual. Acredita que  
376 o CAU/PR não tem e não terá suporte financeiro para fazer do mesmo modo que o CREA faz,  
377 haja vista o número de fiscais que aquele conselho tem, só arquitetos eram doze. Será  
378 necessário ter uma complementação da fiscalização. Relatou que a cada encontro que tem  
379 com o presidente do CREA/PR ele sugere que isso seja feito conjuntamente, para que os dois  
380 conselhos possam ser complementares, mais inteligentes do que o sistema faz hoje. Concluiu  
381 sua resposta dizendo que em breve, nesse semestre ainda, talvez mês que vem, o CAU/PR  
382 deverá contar com os cinco contratados, fazendo utilizar essas sedes no interior com agenda  
383 de não ir atrás do tapume, mas sim, a partir da custódia dos conselheiros que vão estar mais  
384 perto, de ir ao reitor, ao prefeito, ao secretário de obras e às grandes construtoras, em vez de  
385 ir ao tapume. O Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO colocou que considerando  
386 a visibilidade pública do tema, é favorável à publicação dessas atividades para que os  
387 profissionais saibam que existe uma série de ações, que talvez sejam mais de bastidores no  
388 momento, mas é o fundamento para o modelo de fiscalização do CAU. Sugeriu que essas  
389 informações possam ser explicitadas ou no site ou por e-mail, de modo que os profissionais  
390 saibam que existe uma construção própria do modelo que estará em implementação. O  
391 Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO disse que acha pertinente a  
392 argumentação dos dois conselheiros que antecederam sua fala, porque percebe que o  
393 profissional precisa ser fiscalizado. A seu ver essa questão de dar ciência ao público do  
394 encaminhamento que o CAU/PR tem dado, dessa parceria com os órgãos públicos e, de certa  
395 maneira, convocar o profissional a uma responsabilidade muito maior, no sentido de que o  
396 Conselho não entende que fiscalizar seja ver se tem placa ou não tem placa na obra, mas sim  
397 o bom exercício profissional, aliás, o mau exercício profissional. Colocou que essa é a função  
398 do conselho e, no que se refere a essa responsabilidade, ela deve ser ampliada ou dada ao  
399 profissional, como é feito em outros países como Alemanha e Estados Unidos. Se o  
400 profissional comete algum deslize ético de qualquer ordem do exercício profissional, ele é  
401 cobrado de uma maneira extremamente rigorosa, e isso deve ser cada vez mais fomentado  
402 de modo a sensibilizar o profissional sobre sua própria responsabilidade, que hoje é muito  
403 maior. Sensibilizar no sentido de deixar claro que o CAU não fará o papel de restringir, mas  
404 sim de uma instância de que vai primar pelo bom exercício do profissional. O Conselheiro  
405 Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer colocou que não pretendia estender esse assunto,  
406 mas sentiu que foi mal compreendido no teor do seu comentário e quer complementá-lo.  
407 Esclareceu que sua fala estava focada na questão política novamente, uma vez que isso está  
408 jogando o CAU/PR na berlinda, esse documento é nacional, todos os conselheiros federais o  
409 receberam e, neste momento, não está preocupado com o profissional, mas sim com a  
410 imagem do CAU/PR. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou que o CAU/PR tem  
411 cinco arquitetos contratados também com papel de fiscalização. O CAU/PR também tem  
412 pressa em iniciar a fiscalização, mas não tem todos os instrumentos necessários para por o  
413 fiscal na rua; nem o código de ética está pronto. Concluiu dizendo que este Conselho está se  
414 preparando solidamente a fim de evitar equívocos, de não colocar os colegas em situação



415 fragilizada. Em seguida, colocou em votação a peça contábil apresentada pelo assessor de  
416 planejamento, a fim de que o contador possa dar o devido encaminhamento junto ao sistema  
417 interno de contabilidade e junto à contabilidade nacional, que exige essa aprovação.  
418 Colocada em votação a peça contábil referente a 2012 foi aprovada pelo plenário. Pedindo a  
419 palavra o Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO propôs fosse emitida uma nota de  
420 condolências à família e aos colegas pelo falecimento do engenheiro Ivo Mendes Lima,  
421 vindo do CREA/PR, o que foi aprovado. A seguir, às 13:30 horas o presidente sugeriu que  
422 fosse feita pausa para o almoço tendo os trabalhos sido retomados à 14:50 horas.-----

423 **5.3 – Relato Comissão de Exercício Profissional.**-----

424 O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer relatou os problemas enfrentados pelos  
425 profissionais arquitetos para aprovarem seus projetos na COPEL, que não acata a  
426 responsabilidade técnica dos arquitetos em projetos elétricos de baixa tensão a não ser que  
427 apresentem uma declaração do conselho de que estão aptos para tanto. Pediu aprovação da  
428 plenária para que seja fornecida certidão pelo Conselho, constando as atribuições para que  
429 esses profissionais apresentem à COPEL. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou  
430 que essa é uma alternativa jurídica que tem amplitude maior e pode ser estendida para  
431 outras dificuldades dos arquitetos, com o CAU/PR fornecendo certidões a outros órgãos  
432 também. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS relatou que ainda hoje os  
433 arquitetos recebem documentação da Caixa Econômica, solicitando ART para apresentação  
434 de projetos. Isso tem gerado transtornos. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
435 pontuou que a Caixa Econômica, por ser órgão federal, o tema foi encaminhado ao CAU/BR e  
436 este Conselho aguarda ação. A seguir o Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer  
437 passou à análise dos subsídios para fiscalização que se encontram no link, a saber:  
438 [http://www.youblisher.com/p/588009-SUBSIDIOS\\_-\\_MODELO-DE-FISCALIZACAO-DO-CAU-](http://www.youblisher.com/p/588009-SUBSIDIOS_-_MODELO-DE-FISCALIZACAO-DO-CAU-21_03_-13/)  
439 [21\\_03\\_-13/](http://www.youblisher.com/p/588009-SUBSIDIOS_-_MODELO-DE-FISCALIZACAO-DO-CAU-21_03_-13/) e informou que foram colocadas treze modalidades de infrações, porém não  
440 consta nada com respeito às punições a essas infrações. Dois temas o preocupam: primeiro,  
441 um dos pontos fortes da fiscalização seria o uso do geoprocessamento e isso é colocado  
442 como se fosse solução para tudo, porém, na sua opinião, o modelo de fiscalização do CAU  
443 não pode ficar baseado em documentos que ficarão prontos daqui a vinte anos, ou seja, o  
444 modelo de fiscalização vai depender de um banco de dados que o CAU/BR não tem e não  
445 acredita que as prefeituras tenham esses dados. A seu ver, como proposta a longo prazo o  
446 que se pretende é interessante, mas não acredita que seja possível sua implantação.  
447 Segundo, o item 5, página 14, apresenta a Legislação complementar de apoio à fiscalização  
448 do CAU, que traz especificações das leis que envolvem ações inerentes às prefeituras e  
449 outros órgãos. Pontuou que o CAU/PR não tem nem fiscal ainda e quando tiver, pelo modelo  
450 que se apresenta, eles deverão fazer papel de fiscal da prefeitura e não é esse o papel do  
451 CAU: ver se o zoneamento está sendo respeitado e outras coisas mais. Ademais não é um  
452 treinamento para qualquer funcionário. O texto fala que a fiscalização é educativa, mas isso  
453 quase não se vê, não está explicitado como isso deve ser feito. O documento tem 35 páginas,  
454 mas na sua opinião, delas aproveitam-se apenas dez. A fiscalização do modo como foi  
455 sugerida no texto, focaliza a área utilizada e não a atuação profissional e o papel do conselho  
456 é orientar e fiscalizar o exercício da profissão de arquiteto e urbanista. O Conselheiro Titular  
457 ALEXANDER FABRI HULSMeyer perguntou se a análise feita a respeito dos subsídios para  
458 fiscalização ficará restrita a este Conselho ou deve ser encaminhada ao CAU/BR, tendo sido  
459 respondido pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR que pode servir para o  
460 escopodeste Conselho e também ser encaminhado para o CAU/BR. O conselheiro Alexander



461 Fabri Hulsmeyer comprometeu-se em elaborar um texto para encaminhamento ao CAU/BR.-  
462 **5.4 – Relato Comissão de Atos Administrativos**.....  
463 O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS fez o relato da comissão trazendo a  
464 necessidade da contratação de uma empresa de gestão para o CAU/PR, sendo que já foram  
465 pesquisadas a possibilidade de contratação junto a três consultorias para esse fim: Fundação  
466 Dom Cabral, FGV e Consultor indicado pela FIEP. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
467 colocou que estava tudo certo para contratar a Fundação Dom Cabral, mas por solicitação da  
468 plenária foram solicitados novos orçamentos e, na sua opinião, o consultor indicado pela FIEP  
469 parece o mais indicado. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS colocou que em face  
470 da urgência a contratação de fiscais deverá ser feita por seleção e não por concurso público.  
471 O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMEYER colocou que acha temerário contratar  
472 dessa forma, porque esse tipo de contratação é temporário. O Presidente JEFERSON DANTAS  
473 NAVOLAR esclareceu que este caso a pressa deverá prevalecer à perfeição, com a  
474 contratação de fiscais já, com edital simplificado com a apresentação de currículo etc. Ou  
475 seja, a proposta é de contratar os representantes regionais já e que terão atribuição de  
476 fiscalização também.....  
477 **3.5. Relato da Comissão de Ensino e Formação Profissional** .....  
478 O Conselheiro CARLOS HARDT relatou que a reunião da comissão contemplou dois itens de  
479 pauta, uma informação e a análise da resposta do ofício encaminhado por este Conselho à  
480 Universidade Positivo questionando acerca da criação de um curso tecnológico de produção  
481 de projetos e edificações. Tendo em vista que é o coordenador da comissão e juntamente  
482 com o conselheiro Carlos Nigro trabalha em uma outra instituição de ensino, ambos se  
483 omitiram em relação à qualquer deliberação por uma questão de ética. Em seguida leu o que  
484 foi discutido (anexo III), ressaltando que tanto ele quanto o conselheiro Nigro discutiram  
485 apenas conceitualmente a questão, concluindo que a CEF/PR considera que o projeto  
486 pedagógico do referido curso tecnológico de produção de projetos e edificações, contem  
487 elementos que podem ser entendidos como inerentes às atribuições do arquiteto e  
488 urbanista, portanto, inadequados a documentos pedagógicos e de divulgação do referido  
489 curso, que deveria se ater ao que determina a legislação pertinente, especialmente à  
490 resolução do Conselho Nacional de Educação, CP3, de 18/12/2002 que trata das diretrizes  
491 nacionais para cursos superiores de tecnologia. O segundo item é a informação de que o  
492 CAU/PR já esteve presente em dez instituições de ensino superior no contato direto com os  
493 formandos para a apresentação do Conselho a eles, que somam 478 novos arquitetos. Estão  
494 programados ainda dois contatos, um com a PUC, nesta semana e outro com a Universidade  
495 Federal do Paraná, previsto para maio. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou  
496 que essa demanda do curso tecnológico foi trazida à plenária pelo conselheiro Busarello, a  
497 partir de uma solicitação de apoio à divulgação para inscrições pela ASBEA. O conselheiro,  
498 apesar de ser membro da ASBEA, percebeu a estranheza do conteúdo e trouxe à plenária sua  
499 preocupação. Foi feita uma solicitação formal à reitoria da universidade sobre  
500 esclarecimentos em relação à possível ilegalidade do curso e esta é a resposta, que chegou  
501 há aproximadamente uma semana. Agora, com análise da plenária sobre esses conteúdos  
502 muito bem relatados, é necessário uma resposta à Universidade. Colocou que tem uma  
503 preocupação extrema em relação a esse precedente, porque há o risco do CREA registrar  
504 estes graduados daqui dois anos. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMEYER  
505 relatou que já foi solicitado, quando coordenador do curso de arquitetura, a montar um  
506 curso desses de educação continuada de dois anos para desenhista, sendo que tomou todo o



507 cuidado a fim de deixar todas as atividades de desenhista restritas ao desenho e não  
508 extrapolar os limites. Em sua opinião o fato da Universidade Positivo ter respondido se  
509 justificando denota que eles acham que estão certos, por isso que vale a pena comprar essa  
510 briga, independentemente de com quem seja. Lembrou que uma vez terminado o curso, o  
511 Ministério da Educação vai se posicionar no sentido de que esses estudantes têm direito  
512 adquirido e caberá aos conselhos dar uma atribuição a eles. Os conselhos envolvidos, seja  
513 CREA ou CAU, terão que decidir quais serão as atribuições, e algum coisa o conselho terá que  
514 dar, ao final das contas, porque isso vem como determinação do MEC. Sugeriu que talvez  
515 fosse interessante entrar em contato com o CREA para ter uma ação conjunta, porque o  
516 curso também envolve estruturas e, tirando as animosidades de lado, isso é de interesse  
517 mútuo dos dois conselhos, e uma fala conjunta é mais forte. Pedindo a palavra o Conselheiro  
518 Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO manifestou-se dizendo que apoia a proposta do  
519 conselheiro Alexander. Com relação à Universidade Positivo, é favorável a um  
520 posicionamento claro a fim de evitar que ações como essas se proliferem. O Conselheiro  
521 Titular BRUNO SOARES MARTINS colocou que soube informalmente que as turmas que  
522 provavelmente sairão desse curso exigirão o reconhecimento como profissionais  
523 relacionados à produção de projeto, e não ao desenho técnico de projeto. Isso pede um  
524 cuidado ainda maior com relação a essa questão. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO  
525 MONTEIRO pontuou que se a ASBEA teve interesse de promover o fomento de mão de obra  
526 de desenho, acertou na intenção, mas errou no parceiro. Um curso com essa expectativa  
527 deveria ser oferecido por uma escola técnica, e assim não haveria nenhum tipo de confusão.  
528 Quando ele é oferecido por uma universidade, independente de qual seja, gera essa  
529 expectativa. Se olharmos na perspectiva do consumidor, que pagou o curso é óbvio que ele  
530 vai exigir os direitos que lhe foram vendidos, ele comprou um produto, isso inclusive pode  
531 gerar processo de defesa do consumidor contra a Universidade Positivo. Concorda com a  
532 proposta de fazer uma aliança com o CREA para essa iniciativa, porque o curso também afeta  
533 a engenharia civil. Na sua opinião, o assunto é grave e é assim que deve ser encarado por  
534 este Conselho, que deve procurar todas as alçadas, todas as parcerias possíveis não contra a  
535 Universidade Positivo, mas contra esse tipo de formação. Propôs que seja sugerido à  
536 Universidade Positivo que reenquadre esses alunos no curso de arquitetura, encerre o curso  
537 tecnológico e o encaminhe como proposta para uma escola técnica. O Conselheiro Titular  
538 ALEXANDER FABRI HULSMeyer relatou que, ainda como agrônomo, antes de fazer o curso de  
539 arquitetura, fez uma pós-graduação na Universidade Federal de Lavras, era uma  
540 especialização em paisagismo. Ao final do curso, um conselheiro do CREA esteve lá para  
541 informar que, apesar da especialização ser aberta a todos, só os arquitetos teriam atribuição,  
542 e que aquela especialização não gerava atribuição, competência. Propôs que seja emitida uma  
543 nota pública pelo Conselho, esclarecendo essa questão à comunidade ou então seja  
544 enviado um conselheiro até a Universidade Positivo para fazer esse esclarecimento, como foi  
545 feito pelo CREA/MG na Universidade Federal de Lavras, a fim de evitar que terminando o  
546 curso, esses alunos fiquem com a sensação de terem sido enganados. O Presidente JEFERSON  
547 DANTAS NAVOLAR disse que a sugestão é bem vinda, esclarecendo que este Conselho só  
548 teve acesso aos conteúdos depois da resposta da universidade, uma semana ou dez dias  
549 atrás. O Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO colocou que pós-graduação não  
550 gera atribuição, e a sociedade não sabe disso, ela vai com a expectativa de gerar atribuição,  
551 exatamente o contrário, mas é importante ter um posicionamento nesse sentido. Lembrou  
552 que a lei do CAU correu um sério risco justamente por uma universidade da Bahia que estava



553 formando urbanistas. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO colocou que, na  
554 sua opinião, o CAU deve imediatamente fazer uma nota nesse sentido, se a Universidade  
555 Positivo não estiver de portas abertas para receber isso, que seja feito em nota pública,  
556 porque a ação que houve depois para remendar a questão do curso da Bahia, foi de difícil  
557 solução, houve um parecer da Comissão de Ensino do CONFEA, que relatava que apenas 30%  
558 das matérias tratadas nesse curso de urbanismo da Bahia, com duração de quatro anos,  
559 tangiam em relação a urbanismo. No entanto, os mais de 100 egressos sentiram-se lesados, e  
560 houve uma pressão enorme, inclusive em audiência pública na Câmara dos Deputados. A  
561 questão foi tão séria que quase houve a legalização da situação. Completou dizendo que isso  
562 pode criar um precedente realmente sério. Lembrou que na Argentina há o curso de  
563 Desenhadores de Interiores, ou seja, a coisa pode criar um precedente que não foi o que se  
564 decidiu na estruturação da lei do CAU. Pelas razões expostas é a favor de que o CAU/PR faça  
565 uma nota imediata em relação a essa situação. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT colocou  
566 que na semana passada foi aprovado na Comissão de Trabalho o reconhecimento da  
567 profissão de designer. Não sabe quais são os trâmites doravante, mas é certo que os designers  
568 farão parte de uma profissão que também vai ser regida por um conselho próprio e  
569 deverá ocorrer alguma questão, lá na frente, de sombreamento de áreas, como Design de  
570 Interiores, por exemplo. O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO esclareceu em  
571 primeiro lugar, que esse não é um curso de pós, é um curso que o MEC denomina de curso  
572 superior tecnológico, o que confunde a sociedade com os cursos superiores plenos, ou seja, a  
573 sociedade vai entender isso como sendo uma graduação comum. Em segundo lugar, sob o  
574 ponto de vista legal, o simples fato de uma instituição de ensino superior se propor a fazer  
575 um curso e alguém entender que ele com isso está dando uma atribuição profissional, não  
576 pode se sobrepor à própria lei. Claro que deve-se tentar equacionar isso no nível que se  
577 encontra nesse momento, ou seja, no nível administrativo, mas certamente se isso vier a  
578 querer se transformar em uma atribuição profissional, na sua opinião existem subsídios  
579 jurídicos suficientemente fortes para dizer que não é porque uma universidade se propôs a  
580 dar essa competência, ela será legal. E, em terceiro lugar, lhe parece que o projeto  
581 pedagógico está considerando que a produção de projeto não seria a concepção de projeto.  
582 Para isto, uma solução bastante simplista, mas que talvez resolvesse o problema seria  
583 esclarecer que se entenda a produção de projetos como sendo o desenho de projetos,  
584 alguma coisa assim. Mas, de qualquer forma, isso tem que ser mais profundamente  
585 estudado, no sentido de tentar equacionar a terminologia a ser utilizada. O Presidente  
586 JEFERSON DANTAS NAVOLAR aproveitando a experiência do conselheiro Suply junto à  
587 ABEA, consultou-o se seria interessante procurar ajuda dessa entidade para esse caso como  
588 aliada do Conselho, tendo recebido resposta afirmativa. Em seguida resumiu os  
589 encaminhamentos: nota pública, CREA, visita, ABEA, informando que o jurídico vai se  
590 encarregar da resposta à Universidade Positivo.....

591 **4. Distribuição e Relatos Processos CREA/PR.**.....

592 Pela Assessora Jurídica Cláudia Cristina Taborda foi informado que não há processos para  
593 serem distribuídos nesta oportunidade.....

594 **4. Relato CAU/BR.**.....

595 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que o conselheiro federal informou que  
596 não vai poder estar presente. O Conselheiro Titular ALEXANDER FABRI HULSMeyer  
597 perguntou se a ausência do conselheiro foi justificada ou isso já é um sintoma de relações  
598 conturbadas. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu, apesar de sua ausência



599 ter sido justificada, que a presença do conselheiro federal não é obrigatória. O CAU/PR tem  
600 até hoje incluído o relato do conselheiro federal em todas as convocações e infelizmente hoje  
601 ele não poderá estar presente.....

602 **5.Extra-Pauta** .....

603 **5.1. Relatório de Gestão**.....

604 Item debatido e aprovado no item Relato Comissão de Finanças.....

605 **5.2.Indicação de Representantes Para o Conselho das Cidades do Município de**  
606 **Barracão/PR**.....

607 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que este Conselho tem recebido  
608 solicitações de indicação de representantes para os conselhos da cidade de algumas  
609 prefeituras do interior. O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS relatou que a  
610 prefeitura do Município de Barracão encaminhou ofício solicitando a indicação de quatro  
611 arquitetos para representar o CAU/PR junto ao Conselho das Cidades daquele Municípios,  
612 sendo dois titulares e dois suplentes. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou  
613 que outro ofício solicitando representante para as Comissões Municipais de Urbanismo e de  
614 Trânsito, foi encaminhado pela prefeitura de Irati, já com a indicação do nome do arquiteto  
615 para representação. A prefeitura de Barracão encaminhou um ofício sem indicação, e foi  
616 solicitado ao conselheiro Bruno que indicasse os representantes. O Conselheiro Titular  
617 MANOEL DE OLIVEIRA FILHO solicitou que hoje seja encaminhado um ofício à prefeitura de  
618 Maringá pleiteando uma cadeira no seu Conselho de Cidades, também. Na sua opinião,  
619 quanto mais visibilidade o CAU/PR tiver, melhor. O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO  
620 MONTEIRO pontuou que a Aliança Nosso Paraná Sustentável pode ser uma aliada para a  
621 criação de grupos críticos nessas localidades. Propôs que esses representantes tenham um  
622 plano estratégico de representação e que este seja avaliada para garantir que o  
623 representante fale a mesma língua do Conselho. O Conselheiro Suplente LEANDRO TEIXEIRA  
624 COSTA também concorda que é importante dar visibilidade ao Conselho e este é um meio  
625 para isso. Relatou que agora é presidente da AEAF de Foz e através dessa associação tem  
626 uma cadeira no Conselho Técnico de Foz do Iguaçu. Sugeriu que o CAU/PR também poderia  
627 ter uma cadeira ali e propôs que seja enviado ofício com essa solicitação. O Presidente  
628 JEFERSON DANTAS NAVOLAR pontuou que é mais uma representação que se coloca e pediu  
629 autorização do plenário para nomear representantes para esses conselhos. Colocada em  
630 votação a matéria foi aprovada pelo plenário. Em seguida, o Conselheiro Suplente LEANDRO  
631 TEIXEIRA COSTA perguntou se é possível que o CAU/PR faça algum repasse de valores para a  
632 Associação da qual é presidente em Foz do Iguaçu, tal como o CREA/PR faz, tendo sido  
633 respondido pelo PRESIDENTE JEFERSON DANTAS NAVOLAR que não existe essa previsão. O  
634 que o CAU/PR pode fazer são apoios pontuais com a compra de uma passagem ou o  
635 pagamento de uma hospedagem para um arquiteto palestrante.....

636 **5.4. Calendário de Reuniões Plenárias no Interior**.....

637 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou para aprovação da plenária a proposta de  
638 fazer reuniões plenárias no interior nos meses de maio, agosto e novembro, sugerindo que  
639 em maio seja em Foz do Iguaçu, em agosto em Guarapuava e em novembro em Apucarana,  
640 mantendo as mesmas datas previamente aprovadas para essas reuniões, ou seja, 29 de maio  
641 em Foz do Iguaçu, 26 de agosto em Guarapuava e 28 de novembro em Apucarana. Colocada  
642 em votação a matéria foi aprovada.....

643 **5.5. Escritório em Pato Branco**.....

644 O Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS fez a apresentação do local para a sede de



645 Pato Branco. Esclareceu que na região central da cidade, onde está concentrado o centro  
646 comercial de Pato Branco, os imóveis estão muito caros para locação, por isso optou em sair  
647 desse eixo, tendo encontrado uma sala num outro local, onde está o núcleo de unidades  
648 bancárias, prefeitura e a Associação de Engenheiros e Arquitetos, e fica a aproximadamente  
649 três quadras do grande centro comercial. Mostrou a fotografia do edifício que abriga a sala  
650 que tem 48 metros quadrados e aluguel previsto de R\$ 815,00 (oitocentos e quinze reais),  
651 com desconto de R\$75,00 (setenta e cinco reais), com preço final de R\$750,00 (setecentos e  
652 cinquenta reais). Esclareceu que apesar de ter a face norte na fachada principal, a sala conta  
653 com um beiral considerável que vai proteger do sol, mas precisará de ar-condicionado. É uma  
654 sala pequena que vai atender basicamente só o é necessário, ou seja, um responsável e  
655 talvez uma secretária, tendo em vista que todo e qualquer tipo de evento terá o amparo da  
656 faculdade em que leciona, a qual permite fazer evento na hora que precisar, sem problemas.  
657 Ademais, não haverá gastos com condomínio. Com relação ao mobiliário informou que  
658 pretende fazer junto com Cascavel e as demais regionais a fim de ganhar tempo. Colocada em  
659 votação o plenário aprovou a locação da sala proposta. A seguir o Conselheiro Titular  
660 MANOEL DE OLIVEIRA FILHO apresentou o lay-out da sala de Maringá (anexo IV). O  
661 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR solicitou que seja registrado em ata o  
662 agradecimento do plenário aos profissionais Manoel de Oliveira Filho e Anibal Verri, que  
663 fizeram o projeto. Há uma licitação de móveis em andamento e o layout passa a ser  
664 incorporado à quantificação que já existe para ver se é possível. O Conselheiro Titular  
665 RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA relatou que na região oeste, o Corpo de Bombeiros  
666 embargou todos os edifícios de reunião de público, que não tenham o projeto aprovado  
667 junto àquela corporação; além disso todos os edifícios comerciais tem até o final do ano para  
668 apresentar esses projetos. Colocou a necessidade de se verificar, antes de alugar, se as salas  
669 já têm a aprovação junto ao Corpo de Bombeiros para evitar que o Conselho de Arquitetura  
670 esteja em um imóvel que não está aprovado. O mesmo deve ser feito com relação à sede de  
671 Curitiba. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO esclareceu que a construção do  
672 imóvel que abriga a sala pretendida está sendo concluída e deverá ser entregue no final do  
673 mês e o "HABITE-SE" só sai se tiver laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros aprovando. O  
674 Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS disse que o mesmo ocorre com a sala que  
675 apresentou à plenária. Em seguida colocou que em virtude da nova norma dos bombeiros  
676 está havendo uma grande discussão a respeito da tal brigada de incêndio, que é algo que foi  
677 colocado na nova norma e que praticamente é inviável dentro do processo. Em contado com  
678 a chefia do Corpo de Bombeiros soube que eles estão cobrando para dar o curso de brigada  
679 de incêndio para moradores (o que é proibido pois a norma diz que moradores não podem  
680 fazer parte da brigada) para liberar o alvará, cobraram R\$175,00 por morador. Se for  
681 considerado que 99,9% das edificações talvez não atendam à condição de brigada de  
682 incêndio, isso é problema. O Presidente JEFERSON DANTAS relatou que o CAU/PR, em apoio  
683 ao NESC CAU, está organizando três ou quatro cursos, sendo que o que está mais adiantado  
684 é justamente a aproximação junto ao Corpo de Bombeiros, oficialmente, no sentido de  
685 montar um seminário para que as partes possam claramente se posicionar diretamente, sem  
686 intermediários, interpretando a lei, vendo qual é a aplicação, e o que isso possa gerar.  
687 Posteriormente há a pretensão de se realizar um curso mais longo, de qualificação, com  
688 duração de três a seis meses, que será formatado pelo CAU/PR conjuntamente com o NESC-  
689 CAU, a partir dessa aproximação oficial com o corpo de bombeiros. Os outros cursos deverão  
690 tratar da implantação, fiscalização e acompanhamento de gestão de planos diretores.



691 Concluiu dizendo que o CAU/PR está, sim, preocupado com essas questões. Em relação à casa  
692 sede, os itens que estão sendo construídos vêm no sentido de adaptar o imóvel à questão da  
693 acessibilidade universal e, no momento oportuno, haverá a legalização junto ao corpo de  
694 bombeiros.....

695 **5.6. Relato NESC-CAU**.....

696 O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO informou que tem preparado o resumo  
697 das atividades mensais desenvolvidas pelo NESC-CAU, encaminhando-as à secretaria geral,  
698 com a solicitação de que seja encaminhada aos conselheiros. Há perspectiva do  
699 desenvolvimento de três projetos dentro do núcleo quais sejam: um projeto de prêmio, um  
700 projeto de selo e um projeto de gentileza urbana. Relatou que foi homologado de forma  
701 física e virtual o cadastro junto à ONU do compromisso do Conselho de Arquitetura e  
702 Urbanismo do Paraná, como signatário ao pacto global e acredita que em breve pode ser  
703 vista essa carta de compromisso, assinada pelo presidente Jeferson, no site da ONU, na rede  
704 de pactos da rede brasileira com acesso a todos os interessados. Foi feito também a mesma  
705 assinatura junto à Aliança Nosso Paraná Sustentável, que é um outro protocolo da ONU, cujo  
706 objetivo é lincar os municípios do mundo e o Paraná foi o único Estado que firmou esse  
707 compromisso no âmbito estadual. Ainda com relação à Aliança Nosso Paraná Sustentável,  
708 relembrou que participou de uma ação em Campo Mourão como representante do CAU,  
709 sendo que essa ação ocorreu como formalização do que a Aliança chama de grupo crítico  
710 local, representada por entidades, pela sociedade civil organizada, academia e, sobretudo,  
711 pelo governo. Colocou que há um projeto em andamento nesse grupo de Campo Mourão, de  
712 sustentabilidade e de inovação. O projeto coincide muito com o interesse do NESC-CAU: a  
713 revitalização de uma área ribeirinha, um parque linear. De imediato foi solicitado a apoiar a  
714 possibilidade de organização de concurso, inclusive pela Associação de Engenheiros e  
715 Arquitetos local, que manifestou estar impossibilitada de levar tal ação sozinha. A presidência  
716 entrou em contato com o IAB, que tem essa expertise, que já encaminhou o kit, sendo que a  
717 intenção era entregar esse kit aqui, oficialmente, ao conselheiro Becher, que foi indicado  
718 para representar o CAU/PR, naquele grupo crítico. O que se pretende é que nessas ações, o  
719 CAU/PR seja representado por um arquiteto local. No caso de Campo Mourão, o conselheiro  
720 Becher, juntamente com a arquiteta Ana Carmem foram nomeados membros representantes  
721 do NESC-CAU e do Conselho, cada um por sua atribuição, sendo que já está sendo  
722 providenciado, a fim de oficializar o ato, um ofício deste Conselho informando a  
723 representação. Isso deve se repetir por todos os demais municípios onde a Aliança for  
724 firmando o convênio. Está sendo discutido, de uma forma muito preliminar ainda, a  
725 possibilidade de criação de um espaço virtual, um hostsite dentro do site do NESC-CAU,  
726 visando uma comunicação específica das atividades do NESC-CAU, divulgação de ações e o  
727 diálogo com os arquitetos. Como resultado dos trabalhos com relação aos projetos sugeridos:  
728 selo, gentileza urbana e prêmio, já está sendo encaminhado e já foi definido um plano  
729 estratégico padrão no NESC-CAU. A matriz desse plano estratégico foi encaminhada para a  
730 conselheira Marli, que ficou encarregada pelo selo, com a sugestão de que ela convidasse  
731 mais dois conselheiros para auxiliarem nessa coordenação, sendo que seu trabalho já foi  
732 iniciado e em breve trará novidades. O projeto de gentileza urbana é um projeto em pauta,  
733 que possui apenas o título, mas é de interesse e terá o devido encaminhamento, sendo que  
734 para tanto conta com o apoio dos conselheiros e do IAB-PR. Lembrou que a sugestão é de  
735 que haja um coordenador e, no mínimo, mais dois colaboradores. O prêmio conta com o  
736 apoio do assessor de comunicação do CAU/PR, Antonio Carlos, que já levantou uma





737 série de dados, que ainda não foram analisados, mas trata-se de um outro projeto que visa  
738 estimular eficiência e eficácia e, obviamente, será ferramenta de comunicação e de  
739 desenvolvimento de relacionamento com os arquitetos. Relatou ainda, que foi realizada  
740 reunião de alinhamento com os representantes do SEBRAE, que possibilitou um avanço sobre  
741 o projeto Arquiteto Empreendedor. O SEBRAE será um dos parceiros no atendimento focado  
742 para o arquiteto recém-formado, em um nível preliminar de empreendedorismo. O modelo é  
743 basicamente o seguinte: realização de um workshop gratuito, onde este Conselho, em  
744 parceria com o SEBRAE, divulgará a ação do projeto Arquiteto Empreendedor neste nível, e  
745 depois, partindo do modelo do SEBRAE, criará três ou quatro módulos, de um dia, com temas  
746 específicos, como gestão, marketing, etc. Informou ainda, com relação à consultoria de  
747 gestão, que tem acompanhado o presidente Jeferson nas negociações, tanto com a Dom  
748 Cabral quanto com o consultor Plínio, da Consultoria de Gente, e têm colocado dois  
749 interesses nessa expertise, uma assessoria específica para o desenvolvimento do conselho e  
750 um trabalho paralelo de apoio ao NESC-CAU, justamente na elaboração de modelos de  
751 workshops, de palestras e cursos que vão atender os profissionais arquitetos. O projeto  
752 Arquiteto Empreendedor, assim como o NESC-CAU, deverá trabalhar com projetos menores  
753 em formato de workshop ou seminário ou até de curso, com temas variados como prevenção  
754 de incêndio, norma de desempenho e análise de plano diretor. Esse último foi uma sugestão  
755 da Aliança, até porque ela dialoga diretamente com as prefeituras. A proposta não é que o  
756 CAU faça análise gratuitamente aos municípios, mas que organize uma dinâmica de análise,  
757 crie o convênio com a SEDU, via prefeitura e promova a capacitação dos profissionais para  
758 que realizem esta análise, ou seja, através de contratos celebrados entre esses profissionais,  
759 via SEDU ou via prefeitura, para realizar as atividades de análise, isto é, o CAU/PR não se  
760 responsabilizará em desenvolver análise, mas será intermediário e fomentador desse  
761 relacionamento. Realizou-se também uma reunião onde foi apresentada uma proposta de  
762 divulgação pela revista Geração Sustentável, parceira no NESC-CAU, em que os parceiros  
763 deverão adquirir um número X de revistas, de uma forma bastante subsidiada em troca do  
764 espaço necessário dentro da revista, uma página, duas páginas, três páginas, não existe  
765 limite, em que o CAU/PR teria toda a produção de uma matéria sem custo. Pontuou que não  
766 existe divulgação mais barata e para o CAU é muito econômico, uma abordagem  
767 interessante. Partindo do pressuposto que não é negócio, pode-se considerar um sucesso,  
768 porque o Conselho será divulgado por uma ferramenta, que possibilita ser reconhecido  
769 também no meio corporativo, é uma revista que circula na FIEP, por exemplo, com grande  
770 força. Esclareceu que o editor da revista é professor da Faculdade FESP, coordenador de  
771 curso de extensão de sustentabilidade da MBA e é membro do CPCE. Vê a revista como uma  
772 grande ferramenta, como material impresso de divulgação ao público e haveria um espaço  
773 suficiente para divulgar o CAU até o momento, divulgar o NESC-CAU, as comissões  
774 específicas, ou seja, existira espaço à vontade para divulgar o que for necessário. O  
775 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que o que está se propondo é que os  
776 arquitetos tenham uma edição praticamente exclusiva, seriam aproximadamente 17 ou 18  
777 mil revistas, matéria de capa e conteúdo em cima da arquitetura, urbanismo e  
778 empreendedorismo. Os custos dessa edição deverão ser subsidiados pelos parceiros do  
779 NESC-CAU. Cada parceiro – Caixa Econômica, Funsau, Berkley Seguradora, Associação  
780 Comercial do Paraná, Federação das Indústrias, Fomento Paraná e outros – todos estão  
781 recebendo um ofício padronizado desde Conselho, com a proposta de divulgação maciça, em  
782 uma edição exclusiva sobre o Arquiteto e Urbanismo de Empreendedorismo, do conteúdo e



783 oferta de produto de cada um desses parceiros aos arquitetos. Com 17 mil exemplares  
784 chegando à mão de todos os arquitetos, de todas as prefeituras, de todas as associações de  
785 prefeitos. Nasce o Arquiteto Empreendedor com esses parceiros se consolidando e colocando  
786 agora à mostra os seus conteúdos, suas intenções comerciais e até profissionais em relação  
787 ao Arquiteto. Na sua opinião é um movimento muito forte com um custo mínimo. Se o CAU  
788 quiser comprar uma página da revista, o custo é de três mil reais. Esse é o primeiro  
789 movimento forte que o Conselho faz, nesse sentido. O conteúdo do NESC-CAU na revista,  
790 deverá contemplar toda essa gama de produtos, o selo, a qualificação, a gentileza urbana, o  
791 prêmio, etc., ou seja, não tem como quantificar o reflexo disso na sociedade paranaense por  
792 aí afora. Em seguida passou a relatar que no Ministério da Cultura, no Conselho Nacional de  
793 Política Cultural, a Arquitetura foi aceita, a partir de 2008, como atividade cultural. Relatou  
794 que esteve na última reunião do Conselho de Cultura, juntamente com o novo representante  
795 dos arquitetos naquele conselho, o qual também é de Curitiba, a convite do Ministério da  
796 Cultura, com a presença da ministra. Dentro do Ministério da Cultura foi criada a Secretaria  
797 de Economia Criativa, que é uma tendência mundial, com o intuito de qualificar e quantificar  
798 o custo e a geração de benefícios da economia criativa. O que gera de emprego e de custos o  
799 folclore, a música e a arquitetura? Ninguém sabe. Esta é uma tendência muito forte, que o  
800 Ministério da Cultura abraça tardiamente, mas abraça, e o Brasil é, talvez, o maior produtor  
801 de benefícios financeiros e culturais em cima dessa economia. Essa Secretaria de Economia  
802 Criativa adotou, dentre os 18 setores que estão dentro do Ministério da Cultura, quatro  
803 áreas: arquitetura, design, artesanato e moda. Colocou que o MINC é, sem dúvida, um  
804 parceiro muito forte, no desenvolvimento de pesquisa, fomento e infraestrutura de gestão e  
805 economia criativa, e os arquitetos terão acesso a isso tudo absolutamente de graça. O  
806 Conselheiro Suplente CARLOS DOMINGOS NIGRO colocou, a título de comunicação que a  
807 PUC/PR, está trazendo, em curto prazo, uma líder da FGV que tem corrido o Brasil inteiro  
808 através do SEBRAE, a fim de iniciar cursos e dar uma palestra de abertura e, quando ela  
809 estiver em Curitiba, será encaminhado convite a todos, pela importância do tema. O  
810 Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO informou que o último relato a fazer é  
811 sobre a avaliação de qualidade do plano diretor, que foi uma sugestão da Aliança. Algumas  
812 das atividades já estão se materializando, como a ação da Aliança em Campo Mourão.  
813 Solicitou que ficasse registrado em ata a indicação do conselheiro Luiz Becher como  
814 coordenador e membro do corpo crítico em Campo Mourão. Fez um apelo aos conselheiros  
815 presentes, extensivo aos conselheiros ausentes: o NESC-CAU em seus projetos, sobretudo o  
816 Arquiteto Empreendedor, está se estruturando de uma forma bem robusta, e já tem  
817 reconhecimento da sociedade como uma iniciativa ímpar do Conselho de Arquitetura e tem  
818 expectativa positiva de resultados. Isso gera satisfação, mas que também preocupa com  
819 relação à responsabilidade da continuidade desse trabalho. Solicitou colaboração mais  
820 significativa no sentido prático, com a expertise e horas disponíveis de cada um, ou seja, além  
821 do auxílio intelectual, que os conselheiros ofereçam também auxílios práticos. O CAU/PR  
822 começará a desenvolver ações que serão extensivas aos municípios do interior, e o Núcleo é  
823 uma boa ferramenta dessa integração, inclusive essas ações do SEBRAE deverão ser  
824 replicadas nas quatro filiais também. Colocou à plenária sobretudo ao presidente a  
825 necessidade de contratar um(a) secretário(a) para atender ao NESC-CAU. Relatou que a  
826 tentativa da secretária da presidência atender ao Núcleo deixou a desejar, esclarecendo que  
827 isso nada tem a ver com o desempenho da secretária em si, mas sim com o volume de  
828 trabalho exigido, pelo tamanho das demandas que começam a surgir e ele não tem nem



829 condição física e nem interesse em absorver isso de uma forma centrada em sua pessoa.  
830 Resumindo, solicita a contratação de uma pessoa para organizar exclusivamente a secretaria  
831 do NESC-CAU, para coordenar a elaboração de documentos e seu encaminhamento,  
832 acompanhar a comunicação entre os conselheiros e entre os membros do Núcleo, a fim de  
833 evitar comprometer a eficiência e a imagem do NESC-CAU perante os seus parceiros  
834 apoiadores. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que não há espaço físico  
835 para contratação de mais ninguém. A infraestrutura do Conselho é mínima tanto que a  
836 urgência da sede é também neste sentido. O Conselheiro Titular MANOEL DE OLIVEIRA FILHO  
837 relatou que alguns colegas arquitetos têm questionado acerca da situação do arquiteto com  
838 relação ao curso de segurança do trabalho. Assim, tendo em vista o alinhamento dos cursos  
839 que o Conselho pretende oferecer, propôs seja oferecido o curso de arquitetura de  
840 prevenção de segurança do trabalho e não engenharia de segurança, como acontece  
841 atualmente nas escolas. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradecendo a  
842 lembrança do conselheiro, colocou que o Conselho de Arquitetura tem a responsabilidade de  
843 qualificar os colegas sob todos os aspectos, inclusive esse, o qual acredita ser uma fatia de  
844 mercado promissora. Em seguida agradeceu o relato do conselheiro Jucenei externando seu  
845 empenho no sentido de não deixar esfriar essa iniciativa, já que ela é, talvez, a mais  
846 importante e a mais duradoura que essa plenária vai deixar e solicitou que, na medida do  
847 possível, todos contribuam. Enfatizou que o NESC-CAU não é uma iniciativa do CAU, e sim  
848 mais um parceiro que entra junto com esses outros todos nesse Núcleo de  
849 Empreendedorismo, Sustentabilidade e Cidadania.....

850 **5.7. Deliberação da Comissão de Finanças CAU/UF.....**  
851 Com a palavra o Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO reportando-se aos  
852 termos da Lei de Licitação nº 8.666, colocou que estão prontas as cotações para a aquisição  
853 de vários itens de posse permanente do CAU/PR e que serão instalados na nova sede. Três  
854 destes orçamentos devem ser considerados como infra-estrutura a permanecer no imóvel  
855 (imobilizados), são eles: vidros temperados, gradis e o paisagismo. Os demais itens se  
856 referem a patrimônio do CAU/PR que poderão ser transferidos para qualquer outra sede (ver  
857 anexo V). Em virtude da urgência na ocupação da nova sede pede a autorização da plenária  
858 para efetivar estes gastos. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclareceu que tem  
859 autorização da plenária para realizar gastos, por cotação simplificada, até oito mil reais,  
860 acima disso é necessária autorização da plenária, para que essas compras sejam feitas por  
861 tomada de preço emergencial sob a justificativa de urgência. Lembra que o CAU/PR esta  
862 pagando aluguel dos dois espaços, da casa nova e da atual sede provisória. A plenária precisa  
863 autorizar as compras a partir dos valores já cotados no mercado. O Conselheiro Titular  
864 ALEXANDER FABRI HULSMeyer perguntou se há uma estimativa de quanto vai custar. O  
865 Conselheiro Titular CARLOS HARDT pontuou que seria conveniente, a fim de resguardar o  
866 Conselho, fazer três orçamentos para tomada de preços, uma espécie de licitação. O  
867 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informou que as cotações já foram feitas com todo  
868 o rigor da lei, inclusive com 3 fornecedores, mas para dar prosseguimento precisa da  
869 autorização da plenária. Solicitou ao Assessor de Planejamento HELIO BOTTO DE BARROS que  
870 apresentasse as cotações que já estão prontas: aquisição de mobiliário permanente (mesas,  
871 cadeiras, armários, etc); vidro temperado; instalações permanentes de lógica, telefonia, cftv  
872 e sonorização; ar condicionado; gradil; luminárias e guarita. O Conselheiro Titular CARLOS  
873 HARDT sugeriu cautela para evitar problemas com o Tribunal de Contas. O Conselheiro Titular  
874 DALTON VIDOTTI perguntou se essa cotação é apenas para mobiliário da sede de Curitiba ou



875 será considerada para compra do mobiliário para o interior também. Tendo sido esclarecido  
876 pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR que as referências de preço servirão também  
877 para as sedes novas, a fim de reduzir a burocracia e o prazo para utilização definitiva dos  
878 imóveis alugados. Depois de terem sido esclarecidos pela Assessora Jurídica o assunto foi  
879 colocado em votação e a plenária autorizou por unanimidade contratação dos itens  
880 referentes às tomadas de preços de emergência como solicitado. Em seguida colocou que o  
881 outro item da pauta é o pedido de autorização para dilatação do contrato do aluguel da casa  
882 sede por mais de três anos. Esclareceu que o Conselho não pode assumir contas para a  
883 próxima gestão e assim propôs fazer uma reserva de local. Colocada em votação, a matéria  
884 foi aprovada por unanimidade pelo plenário .....

885 **5.8. Deliberação do Plenário do CAU.**.....

886 O Conselheiro ALEXANDER FABRI HULSMAYER apresentou, pela Comissão de Exercício  
887 Profissional, justificativa e proposta para Deliberação de Plenária, referente ao exercício  
888 profissional de Arquitetos e Urbanistas na área de projetos e de execução das obras de  
889 instalações, incluídas dentre estas as instalações elétricas de baixa tensão, de voz e dados,  
890 hidráulicas, sanitárias, tubulações e instalações telefônicas e prevenção de incêndio, dentre  
891 outras, face negativa da COPEL em aceitar o RRT de Arquitetos e Urbanistas. Após ser  
892 discutida, foi colocada em votação, e aprovada por unanimidade. O Jurídico do CAU/PR deverá  
893 elaborar a Deliberação e encaminhar a plenária para aprovação final.....

894 **5.9 Modelo de Fiscalização – Subsídios para implantação (CAA e CEP).**.....

895 Item debatido no Relato da Comissão de Exercício Profissional.....

896 **5.10. Relato Presidente da FPAA.**.....

897 O Conselheiro Titular JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO iniciou seu relato falando da reunião  
898 havida em San Marteen – ilha do Caribe dividida em território da França e da Holanda – com  
899 duração de dois dias e contou com a participação de 12 países das três Américas, sendo essa  
900 a primeira vez que o representante dos Estados Unidos esteve presente, assim como o  
901 representante de Cuba. A reunião resultou em êxito nos assuntos a serem tratados e pode  
902 perceber uma sintonia, uma sinergia entre todas as representações. Em seguida dessa  
903 reunião, houve o convite da União Internacional dos Arquitetos, para participação da reunião  
904 do Conselho da União em Dubai, na África, sendo que por questões de agenda não pode  
905 comparecer, tendo solicitado um representante ao IAB (aquém cabe a representação  
906 internacional da FPAA), que enviou o vice-presidente nacional, o arquiteto Irã Taborda  
907 Dudeque, que o representou. Sua presença foi muito bem vista e a importância da FPAA  
908 perante a ação da União Internacional, foi muito comentada. Relatou ainda que no ano que  
909 vem haverá o Congresso Mundial da União Internacional, que é a instância máxima dos  
910 arquitetos, que acontece a cada 3 anos, sendo que a participação da FPAA já está sinalizada  
911 com uma mostra panamericana de arquitetura, que já existe, porém passará por um  
912 upgrade. Um dos temas tratados foi a participação de um dos representantes da FPAA para  
913 assuntos internacionais, da Colômbia, no seminário que houve em Brasília na época do  
914 falecimento do Oscar Niemeyer, o qual em seu relato mostrou fotos das atividades  
915 desenvolvidas ali e também da participação no Planalto no guardamento do arquiteto Oscar  
916 e também sobre o Seminário Internacional, sendo que sua fala repercutiu em um "por quê?",  
917 por quê ele não estava representando a FPAA naquela oportunidade. Esclareceu que esse  
918 mesmo representante da Colômbia ligou para ele na época do seminário e ficou esclarecido  
919 que o convite que ele próprio recebeu para o seminário foi endereçado a ele pela secretária  
920 do presidente do CAU/BR, e não entenderam pertinente a presença porque a FPAA não tinha



921 sido oficialmente convidada. Esse seminário internacional aconteceu um mês após à sua  
922 posse, em novembro em Maceió, ou seja, essa ação, de certa forma, causou estranheza tanto  
923 ao próprio conselheiro que fala quanto aos membros do comitê executivo da FPAA que lá  
924 estavam. Relatou que igualmente causou estranheza – manifestada pela Argentina – a  
925 convocação pelo CAU/BR a um representante de uma sociedade de arquitetos de Buenos  
926 Aires, como representantes da Argentina para participar de um seminário sobre o CIAM, que  
927 é a Comissão Interprofissional do Mercosul, organismo criado pelos governos dos países do  
928 Cone Sul, sendo que é a FADEA, que é a Federação de Arquitetos da Argentina, que  
929 representa internacionalmente os arquitetos no CIAM e que também não foi convidada. Isso  
930 gerou um grande mal estar em relação aos arquitetos da Argentina e soube que eles vão se  
931 manifestar em nota a respeito desse acontecimento. Continuando seu relato, contou que  
932 houve a deliberação de encaminhamento para a Bienal das Bienais, para ser sediada no  
933 Museu Oscar Niemeyer em Curitiba e, antes dessa reunião do Caribe agora, houve uma  
934 reunião com a direção do museu que aceitou a realização desse evento no segundo semestre  
935 de 2014. Isso significa que o responsável pela organização desse evento será o IAB/PR, e  
936 acredita que um evento desse porte, que deve trazer o extrato das mais de 18 bienais dos  
937 países americanos para Curitiba. E, obviamente, não se restringirá só à exposição em si, mas  
938 será um fórum de debates, de crítica durante pelo menos uma semana. O primeiro passo  
939 para isso seria a oficialização com o museu dessa ação, sendo que a diretora do museu já  
940 dispôs uma área de 500 metros quadrados para isso. Porém é necessário que isso seja  
941 oficializado e, nessa oficialização, demonstrar a possibilidade de viabilização, inclusive  
942 financeira. Não vê dificuldades na questão da exposição em si, mas sim da organização desse  
943 seminário que deverá acontecer. Na sua opinião o CAU/PR, inevitavelmente, teria que estar  
944 presente nessa organização, para tanto sugeriu que fosse instalada uma comissão para tratar  
945 desse assunto. Pontuou que já existe uma rede de bienais que foi criada, inclusive com a  
946 assinatura do Brasil junto ao Equador, e o Equador também traz a proposta de se criar um  
947 prêmio aos moldes do prêmio Pritzker e também do prêmio Mies Van Der Rohe, que é o  
948 prêmio Oscar Niemeyer para os arquitetos das Américas, um prêmio que seria de excelência  
949 para um arquiteto das Américas, o qual teria que passar por instâncias, uma de aprovação da  
950 Fundação Oscar Niemeyer, ou da sua família, e outra de um auspiciador, um promotor que  
951 investiria financeiramente para organizar isso tudo. Houve um convite da União de  
952 Arquitetos da África para um congresso que haverá em maio vindouro, no Tanger, no  
953 Marrocos, convidando o presidente da FPAA para estar presente, sendo que o comitê definiu  
954 que seria muito oportuna essa participação. Houve também a presença da presidente da  
955 Federação de Arquitetos do Caribe, FACA, que falou da intenção de fazer um workshop no  
956 Haiti sobre a questão desse país. Relatou que no Haiti ocorre um problema sério na  
957 contratação de obras públicas, que sempre fica para arquitetos de fora do Haiti, os quais não  
958 entendem a problemática do país. O governo não está se sensibilizando com os mais de 100  
959 arquitetos que existem lá, e contratam profissionais de outros países que oferecem projetos  
960 que não são feitos adaptados à região. O que se pretende é fazer uma ação em espaço  
961 público e mostrar que ali existe arquiteto e competência. A FPAA está dando aporte nisso, no  
962 sentido de fazer uma preliminar, um concurso para essa situação de uma obra pública no  
963 Haiti, uma ação bastante interessante. Relatou que na Costa Rica, será realizado um  
964 congresso sobre sustentabilidade, patrimônio e educação, de 02 a 04 de maio deste ano; e  
965 também está reunindo uma comissão da União Internacional para as questões de arquitetura  
966 e criança, a ser instalado em um permanente num museu da criança, ou seja, a necessidade



967 de educar as crianças sobre a importância e a necessidade da arquitetura. Existem países que  
968 já a instalaram em escola básica, como na França em que as crianças têm noções básicas do  
969 que é arquitetura. Relatou ainda que foi convidado, juntamente com o presidente deste  
970 Conselho, com todas as despesas pagas pela FPAA, para participar do congresso sobre a  
971 sustentabilidade da Amazônia que acontecerá de 16 a 20 de junho, em Quito, no Peru.  
972 Haverá também a convenção, de 20 a 22 de junho em Denver, no Colorado, a qual é uma  
973 convenção da AIA – American Institute of Architects. Paralelo a essa convenção há uma  
974 megafeira de construção para a qual também foram convidados. No Brasil, acontecerá o  
975 Arqumemória, que trata do patrimônio arquitetônico e está sendo organizado pelo IAB/BA,  
976 um evento bastante importante que acontecerá de 14 a 17 de maio, com apoio da FPAA, que  
977 deverá participar de uma mesa de debates. Informou ainda que no dia 15 deste mês foi  
978 criado o Facebook da Federação, que até hoje já contou com 3.380 acessos. Solicitou que isso  
979 fosse disseminado pelos conselheiros, esclarecendo que para acessar basta digitar FPAA,  
980 como mais uma maneira de divulgação, aos moldes do que o conselheiro Jucinei falava sobre  
981 a revista. E num plano de sustentabilidade, além de comunicação, de sustentabilidade  
982 financeira, há o projeto de sua gestão, que é a edição de uma revista das Américas, em que  
983 todo mês haveria digitalmente uma edição, com publicação e descrição de projetos, trazendo  
984 o projeto em si e não apenas fotos da obra construída; com crítica; com uma série de ações,  
985 ação institucional a patrocinadores; uma página de humor, a cargo do Arquiteto Irã Dudeque,  
986 um humor mais a título genérico e mundial para que não fique localizada. Esclareceu que isso  
987 já tinha sido aprovado e existe, já há alguns anos, desde 1984, um Fundo Panamá, um aporte  
988 financeiro, que ninguém sabia direito o que era na realidade. Esse Fundo Panamá existia lá na  
989 Cidade do Panamá, gerenciado pelos panamenhos e todos o tomavam como perdido. Na sua  
990 estadia no Panamá teve a oportunidade de conhecer o criador do Fundo Panamá, o arquiteto  
991 Rodrigo que aceitou, a aproximação. Assim, ficou aprovado em primeira instância e deverá  
992 ser deliberado pelo Colégio de Arquitetos do Panamá a ideia de utilizar esse Fundo Panamá  
993 (aproximadamente 40 mil dólares) para viabilizar a revista, que deverá ser editada com o  
994 nome de Arquiamérica. Concluiu seu relato pontuando que dessa forma, sua primeira  
995 reunião presidindo a federação obteve um resultado bastante positivo. O Presidente  
996 JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradeceu ao conselheiro e colocou que é sempre importante  
997 dizer o quanto essa plenária cresce com essas experiências, essas informações recebidas em  
998 primeira mão do que ocorre na arquitetura da América como um todo. Pontuou que essa  
999 plenária, ou pelo menos a presidência sente-se honrada com a possibilidade do CAU Paraná  
1000 poder contribuir, nos limites da lei. Pedindo a palavra o Conselheiro Titular CARLOS HARDT  
1001 chamou a atenção no sentido de se tomar cuidado em todas as iniciativas que envolvam a  
1002 arquitetura como um todo para que seja preservada a unidade das cinco entidades nacionais  
1003 de arquitetura, porque assim como foram absolutamente unos no processo de aprovação do  
1004 CAU, percebe, por diversos motivos, muitas vezes justos, uma tendência de uma entidade ir  
1005 para um lado, duas entidades se juntarem para fazer outra coisa e isso pode levar à  
1006 desagregação daquilo que lhe pareceu fundamental no processo de mudança da situação dos  
1007 arquitetos em relação ao CREA. Solicitou nesse sentido, que sempre que possível,  
1008 conveniente e procedente, seja mantida e defendida essa unidade das cinco entidades,  
1009 independentemente do seu porte, porque elas representam setores dentro da arquitetura e  
1010 urbanismo que fazem parte do todo. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR colocou que  
1011 acha importante essa lembrança e lembrou que no Paraná, durante o processo eleitoral, as  
1012 entidades estavam alinhadas. Entretanto, houve ameaça de não realização das eleições em



1013 nível nacional, por uma irresponsabilidade de uma presidente e de sua diretoria aqui do  
1014 Paraná. Isso só não se efetivou porque o jurídico, contratado na época, foi extremamente  
1015 eficiente, e uma assessoria de comunicação contratada à emergência fez um plantão de 24  
1016 horas durante muitos dias, nas vésperas da eleição, bloqueando qualquer perspectiva de  
1017 matérias que pudessem inviabilizar as eleições do CAU. É importante que os conselheiros  
1018 saibam disso também. Esclareceu que essa entidade hoje, já está alinhada e trabalhando junto  
1019 com o IAB e com o CAU/PR, pode-se dizer que houve uma mudança radical de postura  
1020 da entidade. Atualmente as entidades estão de novo todas alinhadas, trabalhando cada uma  
1021 com o seu ponto de vista. **Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto**  
1022 **JEFERSON DANTAS NAVOLAR, agradeceu aos Conselheiros presentes. Às dezesseis horas de**  
1023 **25 de março de dois mil e treze, o Presidente do CAU/PR, Arquiteto JEFERSON DANTAS**  
1024 **NAVOLAR, declarou encerrada esta Reunião de Nº 17 (terceira de 2013) do CAU/PR.** Para  
1025 constar, eu, GLÁUCIA SALES JACOB, Secretária Geral do CAUPR, lavrei a presente Ata que,  
1026 depois de lida e aprovada por todo(a)s o(a)s senhor(a)s Conselheiro(a)s do CAU/PR, será  
1027 rubricada por mim em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo senhor  
1028 Presidente para que produza os efeitos legais.-----

1029  
1030

1031 JEFERSON DANTAS NAVOLAR  
1032 Presidente do CAU/PR

Gláucia Sales Jacob  
Secretária Geral

1033

- 1034 Anexo I -Resumo financeiro de fevereiro
- 1035 Anexo II – Comparativo de Receitas
- 1036 Anexo III – Memória reunião CEF/PR
- 1037 Anexo IV – Layout sala de Maringá
- 1038 Anexo V – Tomadas de Preço.